

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No âmbito da auditoria do Tribunal de Contas realizada à “Aplicação de recursos públicos na digitalização para as escolas” que visou examinar a eficácia da execução dos investimentos e do respetivo sistema de acompanhamento e controlo foram identificadas várias fragilidades muito preocupantes na execução da componente “Escola Digital” do PRR que envolve 500 milhões de euros.

Não estão ainda plenamente asseguradas condições para a utilização dos computadores em sala de aula, designadamente: infraestruturas elétricas apropriadas, atendendo à limitação das baterias dos computadores; rede de Internet adequada; maior número de licenças de software educativo; conteúdos curriculares a lecionar com apoio de equipamento informático individual. O Tribunal de Contas também apurou que, em março passado, havia cerca de 360 mil computadores por entregar o que exige condições logísticas e de segurança que as escolas nem sempre reúnem, colocando em risco a sua salvaguarda e controlo que importa assegurar. Conforme notícia do Público de 15 de novembro de 2022, desde então, as escolas terão conseguido entregar mais 160 mil, já que, neste momento “*estão entregues dois terços dos 600 mil equipamentos*”, diz o presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) do PRR, Pedro Dominginhos.

Tal significa que ainda há 200 mil computadores que, meses depois de terem sido adquiridos, continuam encaixotados e sem uso.

As famílias recusam equipamentos porque já têm computador ou porque recusam-se a assinar o contrato de comodato com o ministério por recearem assumirem encargos pela avaria dos computadores.

São sobretudo as famílias mais carenciadas as que não querem assumir a responsabilidade e apontam como solução a extensão do seguro escolar, de acordo com as declarações dos dirigentes associativos dos diretores escolares.

Em sede de contraditório na auditoria do Tribunal de Contas, o Governo garantiu que norteou a escolha dos equipamentos pela “preocupação de durabilidade”.

No entanto, em declarações à imprensa, Manuel Pereira, presidente da Associação Nacional de

Dirigentes Escolares, e diretor de uma escola em Cinfães, afirma que “Ao fim de uma hora de uso, começam a aquecer, dilatam e há peças que se soltam, como parafusos”.

Resulta evidente que a opção na universalização da entrega de computadores a todos os alunos do ensino obrigatório da rede pública comprometeu os critérios qualidade e durabilidade dos equipamentos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, através de Vossa Excelência dirigir ao Ministro da Educação, as seguintes questões:

1. Quais as medidas de correção que vão ser adotadas face às conclusões apuradas em sede da auditoria do Tribunal de Contas;
2. Quando vão ser distribuídos os computadores que permanecem encaixotados e sem uso nos armários das escolas?
3. Quais as medidas que vão ser adotadas para fazer chegar os computadores a quem efetivamente necessita deles antes de se tornarem lixo tecnológico?
4. Como explica a diferença de perceção entre a alegada preocupação de durabilidade que norteou a escolha dos equipamentos e a má qualidade dos mesmos percecionada pelos seus utilizadores?

Palácio de São Bento, 18 de novembro de 2022

Deputado(a)s

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO(PSD)

SÓNIA RAMOS(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

INÊS BARROSO(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

GERMANA ROCHA(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

MARIA EMÍLIA APOLINÁRIO(PSD)

RUI CRUZ(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)